

Polícia e Educação em Direitos Humanos

Victor Gabriel Rodrigues Viana de Oliveira ¹ 
Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), Brasília, DF, Brasil
Université de Grenoble-Alpes (UGA), Grenoble, Isère, France

João Carlos Félix de Lima ² 
Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), Brasil

Resumo

A presente entrevista, conduzida pelo Grupo de Pesquisas em Educação do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), dialoga com o Professor Dr. Pedro Demo, professor emérito da Universidade de Brasília e referência incontornável nos campos da educação e dos direitos humanos. O texto problematiza a formação policial à luz do conceito de “aprendizagem como autoria”, no qual o educando se torna produtor de conhecimento e não mero reproduzidor de procedimentos. Discute-se a aplicabilidade desse conceito nas Academias de polícia, destacando a necessidade de que os profissionais desenvolvam capacidade crítica e autocrítica para atuar em cenários complexos de segurança pública. Aborda-se a dimensão coletiva da aprendizagem em organizações normatizadas e hierarquizadas, propondo que a instituição policial construa sua própria condição autoral mediante processos contínuos de autorreforma. Examina-se a tensão entre neutralidade técnica e formação política, argumentando que os direitos humanos constituem vivência concreta, não protocolo, e que o uso da força exige autocrítica e responsabilização. Por fim, o entrevistado propõe uma agenda formativa que supere o instrucionismo, priorize a prevenção inteligente e promova a inclusão socioeconômica e cultural dos policiais, articulando teoria e práxis para a transformação das práticas institucionais.

Palavras-chave: educação crítica, direitos humanos, aprendizagem autoral, formação policial

Police and Human Rights Education

Abstract

This interview, conducted by the Education Research Group at the Higher Institute of Police Sciences (ISCP), features Professor Dr. Pedro Demo, professor emeritus at the University of Brasília and a leading authority in the fields of education and human rights. The text examines police training in light of the concept of “learning as authorship”, in which the trainee becomes a producer of knowledge rather than a mere reproducer of procedures. It discusses the applicability of this concept in police academies, highlighting the need for professionals to develop critical and self-critical thinking skills to operate in complex public safety scenarios. It

¹ Doutorando em Direitos Humanos e Cidadania na Universidade de Brasília e em cotutela com a Université Grenoble-Alpes (UGA- França) em Ciência Política e Mestre em Direitos Humanos e Cidadania na Universidade de Brasília. É policial militar e pesquisador do Grupo de Estudos em Educação, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade de Brasília, além de docente do Instituto Superior de Ciências Policiais. **Contato:** victor.viana@iscp.edu.br

² Doutor em Teoria e Crítica Literária e Mestre em Literatura Brasileira na Universidade de Brasília. É policial militar e líder do Núcleo de Pesquisas em Educação do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Polícia e Segurança Pública, além de docente do Instituto Superior de Ciências Policiais.

addresses the collective dimension of learning in standardized and hierarchical organizations, proposing that the police institution build its own agency through continuous processes of self-reform. It examines the tension between technical neutrality and political training, arguing that human rights constitute concrete experience, not protocol, and that the use of force requires self-criticism and accountability. Finally, the interview proposes a training agenda that moves beyond mere instruction, prioritizes intelligent prevention, and promotes the socioeconomic and cultural inclusion of police officers, integrating theory and practice to transform institutional practices.

Keywords: critical education, human rights, authorial learning, police training

Polícia y Educación en Derechos Humanos

Resumen

La presente entrevista, realizada por el Grupo de Investigación en Educación del Instituto Superior de Ciencias Policiales (ISCP), cuenta con la participación del profesor Dr. Pedro Demo, catedrático emérito de la Universidad de Brasília y figura de referencia indiscutible en los ámbitos de la educación y los derechos humanos. El texto analiza la formación policial a la luz del concepto de «aprendizaje como autoría», en el que el alumno se convierte en productor de conocimiento y no en un mero reproductor de procedimientos. Se debate la aplicabilidad de este concepto en las academias de policía, destacando la necesidad de que los profesionales desarrollen capacidad crítica y autocrítica para actuar en escenarios complejos de seguridad pública. Se aborda la dimensión colectiva del aprendizaje en organizaciones normativizadas y jerarquizadas, proponiendo que la institución policial construya su propia condición de autoría mediante procesos continuos de autorreforma. Se examina la tensión entre la neutralidad técnica y la formación política, argumentando que los derechos humanos constituyen una experiencia concreta, no un protocolo, y que el uso de la fuerza exige autocrítica y rendición de cuentas. Por último, el entrevistado propone un programa formativo que supere el instruccionismo, dé prioridad a la prevención inteligente y promueva la inclusión socioeconómica y cultural de los agentes de policía, articulando teoría y praxis para la transformación de las prácticas institucionales.

Palabras clave: educación crítica, derechos humanos, aprendizaje autoral, formación policial

Introdução

Na semana em que o Ministério da Educação institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2026), cuja finalidade é fortalecer capacidades institucionais e práticas pedagógicas, de modo a assegurar que as instituições públicas de educação básica e de educação superior implementem ações voltadas ao respeito aos direitos humanos, o Grupo de Pesquisas em Educação (NPE) do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP) inaugura a seção de entrevistas da Revista Ciência & Polícia com uma das maiores referências nacionais na educação e nos direitos humanos, o Professor Dr. Pedro Demo.

Nascido em Pedras Grandes-SC, em 1941, filho de agricultores e formado em Filosofia

em seminário franciscano, Pedro Demo construiu uma das trajetórias intelectuais mais densas e influentes das ciências sociais brasileiras contemporânea. Doutor em Sociologia pela *Universität des Saarlandes* (Alemanha, 1971), com tese laureada com nota máxima, e pós-doutor pela Universidade da Califórnia (UCLA), é professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), espaço a partir do qual tem dialogado diretamente com as tensões entre Estado, violência, educação e garantia de direitos. Com mais de cem livros publicados, sua obra transita pela metodologia científica, pela crítica da pobreza política e pela formação cidadã. Títulos como “Educar pela Pesquisa” (2003), “Pesquisa e Construção do Conhecimento” (2009), “Direitos Humanos e Educação: pobreza política como desafio central” (1999) e “Política Social, Educação e Cidadania” (1994) tornaram-se referência obrigatória para quem pensa a interface entre saber, poder e justiça social. Ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e interlocutor de gestores e pesquisadores em toda a América Latina, Demo chega a estas páginas para desconfortar, provocar e oferecer à comunidade policial ferramentas teóricas que raramente circulam nas Academias de formação, mas que dizem respeito, de modo direto, ao cotidiano de quem, uniformizado, encarna, todos os dias, a face do Estado diante do cidadão.

Embora a obra de Demo tenha se consolidado no campo da educação, suas categorias analíticas reverberam com particular pertinência para o debate sobre formação policial. Isso porque o trabalho cotidiano dos profissionais de segurança pública se dá em contextos sociais de alta imprevisibilidade, nos quais o domínio de protocolos técnicos é condição necessária, mas ainda insuficiente. As situações enfrentadas pelos policiais exigem juízo prático, leitura crítica da realidade, tomada de decisão sob pressão e, sobretudo, consciência da responsabilidade pelos atos praticados, dimensões estas que remetem a uma formação integral de sujeitos. É justamente nesse ponto que a recusa de Demo ao instrucionismo e sua defesa da aprendizagem como construção autoral ganham força crítica, permitindo interrogar modelos formativos policiais ainda largamente apoiados na transmissão hierárquica e passiva do conhecimento.

A presente entrevista situa-se, portanto, nesse cruzamento entre pedagogia, autoria do conhecimento, direitos humanos e o exercício legítimo do poder de coerção pelo Estado. Logo, seu propósito é ampliar o debate sobre direitos humanos nas polícias brasileiras, em especial as militares, e fomentar o que institui o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para os organismos policiais: uma “leitura crítica dos modelos de formação e ação policial” (Brasil, 2013, p.37) e uma “leitura crítica dos conteúdos e da prática social e institucional dos órgãos

do sistema de justiça e segurança” (Brasil, 2013, p.36).

Entrevista com o Professor Pedro Demo

RCP - Professor, em seus estudos sobre a educação, especialmente nas obras “Educação e Qualidade” (1996) e “Educar pela pesquisa” (2003), o senhor é um crítico contundente do “instrucionismo” e defende que a verdadeira educação exige “aprendizagem como autoria”. A compreensão de “autoria” que o senhor desenvolve pressupõe que o educando se torne produtor de conhecimento, não apenas reprodutor dele. Nas escolas de formação de policiais, como desenvolver metodologias que permitam aos futuros policiais não apenas aprender procedimentos, mas criar soluções contextualizadas para problemas comunitários específicos?

Profº Pedro Demo - Aplicar a ideia de “autoria” a policiais me parece importante, por tratar-se de um direito da sociedade (segurança pública) que é mais bem realizado por gente que sabe pensar a sociedade crítica autocriticamente, que equilibra a visão crítica com a autocrítica, aprende a julgar os processos com a argumentação devida, avalia a sociedade com ponderação fundamentada, e também sabe que é portador de direitos. É importante conjugar, num lado, o direito da

sociedade de ter o melhor serviço de segurança pública possível, e, noutro, o policial exercendo esta função também como portador de direitos, como pessoa e instituição. A formação precisa então ser um exercício de autoria constante, em que o policial aprende a agir com o devido fundamento técnico, julgamento ético, capacidade de continuar aprendendo, a serviço do direito da sociedade à segurança pública, enquanto ele mesmo é também portador de direitos. Se o policial não desenvolver sua autoria como policial capaz de propor soluções ponderadas e adequadas, muito além de cumprir instruções, ele mesmo não tem condições de se pensar como portador de direitos (sendo apenas um elo hierárquico). Lidar com a sociedade está entre os desafios mais complexos da espécie humana. É ainda mais difícil lidar com manifestações contraventoras da sociedade, que admitem um leque imenso de conturbações que vão exigir do policial discernimento, ponderação, análise crítica autocrítica, conhecimento, capacidade técnica.

RCP - Nas Academias de Polícia, que tradicionalmente operam com modelos pedagógicos técnicos e hierárquicos,

como poderíamos traduzir essa visão para formar policiais que não apenas reproduzam protocolos, mas desenvolvam capacidade crítica para atuar em cenários complexos de direitos humanos?

Profº Pedro Demo - Foucault e outros colocaram a escola no rol das instituições prisionais. Então, não é só a Polícia que teme alguém que sabe pensar. A própria sociedade teme, porque é um tipo de contrapoder que pode levar a contestar, se sublevar, mudar. A própria escola teme, quando o professor silencia o estudante que quer saber demais! Conhecimento proibido sempre existiu, porque sempre se temeu a quem tem cabeça própria. Muitos temem a educação crítica porque forma gente com cabeça própria (“Cabeça bem-feita”, de Morin). Na alegoria do Gênesis, o pecado original é descrito como pecado do conhecimento (Adão e Eva foram tentados a serem como deuses, conhecendo o bem e o mal). Conhecimento teria algo de divino e precisa ser controlado! Entendo que na Polícia isto pode ser um problema candente, razão pela qual entidades como as da polícia (militares em geral) prezam a hierarquia mais do que saber pensar criticamente. No entanto, saber pensar não implica apenas criticar, mas começa e se funda no autocriticar-se (autoquestionamento) - não se pode questionar e impedir de ser

questionado. Isto poderia acomodar melhor a ideia de formar uma posição crítica, em que a crítica é aplicada, primeiro, em quem faz a crítica.

Entendo que aprender é uma autoria porque é parte de nosso equipamento biológico (cérebro) que nos dotou da capacidade de sermos sujeitos de nosso desenvolvimento, não apenas objeto de pressões externas. Na evolução, somos objeto também (quando nos acomodamos às vicissitudes externas, de fora, no ambiente); somos sujeitos quando nos impomos ao ambiente (hoje achamos que nos impomos demais, depredando o meio ambiente). Desse ponto de vista, é importante perceber que, sendo os humanos sempre incompletos, em formação sem fim, precisam saber lidar com a realidade como sujeitos, não como manipulados, ainda que, em sociedade, sempre exista manipulação. Autonomia é uma forma de interdependência, não de autonomia completa.

A criança nasce com algum equipamento funcionando e logo aprende a conviver em sociedade, aprende habilidades físicas e mentais (andar, falar) e nota-se claramente que é um processo de formação da autonomia relativa. Precisa dos pais, sobretudo da mãe (esta é seu alimento nos primeiros meses/anos), mas como mediadores. A autonomia é reconstruída/conquistada passo a passo,

tendo a criança como protagonista, em geral cheia de iniciativa. Não se aprende com aula, porque a aprendizagem está no cérebro da criança, não na aula. Instrucionismo significa domesticação da pessoa (ou docilização, como dizia Foucault), para que se socialize subalternamente. Na escola, facilmente o rico aprende a supremacia e respectivos privilégios; o pobre, sua subserviência e infindas carências.

RCP - O senhor trabalha também a dimensão coletiva da aprendizagem. A polícia é uma organização com cultura fortemente normatizada, hierarquizada rigidamente e com rituais próprios. Nesse contexto institucional, como a “autoria” pode ser exercida de forma coletiva? Em outras palavras, como pensar uma aprendizagem organizacional em que a Corporação mesma se autorreformule, e não apenas o indivíduo?

Profº Pedro Demo - De fato, a aprendizagem mais importante é a coletiva, para além do indivíduo. Tomando em conta a complexidade da realidade, nenhum olhar individual dá conta além do que consegue ver de maneira autorreferente. É preciso aprender juntos, analisar juntos, julgar juntos, conviver (interdisciplinaridade), questionar juntos. Ainda, se realmente

tivéssemos interesse em mudar, promoveríamos a capacidade de mudar como instituição. As empresas fazem isso - chamam de destruição criativa - e é mal vista em outras instituições, pois mudar não implica destruir. Mas seria bom ter na instituição algum grupo destinado a repensar a instituição, voltado para sua preservação sempre renovada. A universidade - que diz ser educação a melhor mudança - não muda; oferece-se como modelo de mudança, mas é o que mais detesta. Precisamente por isso, inventaram-se algumas abordagens para a mudança (planejamento estratégico é a mais conhecida), mas o desafio é que mudar é um verbo reflexivo (mudar-se). Mudar começa com mudar-se. E mudar-se se faz melhor em grupo, embora pareça individual. Na sociologia é forte o movimento da “sociologia reflexiva” (Bourdieu), para promover uma sociologia que viva se repensando. É o que faz a evolução: não cessa, se reinventa, pois mudar é o padrão. Veja-se a questão do paradigma em ciência: sempre a ciência tende a chegar a um paradigma, mas este é o túmulo dela mesma. Achando um paradigma (positivismo ou outro qualquer) logo é preciso sair dele, para não se ossificar.

Autoria não é algo que se forma e fica como marca até ao fim. Ao contrário, é uma dinâmica sempre relativamente aberta e relativamente fechada, como é toda

dinâmica evolucionária. Não há como parar o tempo - só vai para frente. A instituição policial também tem o mesmo desafio. Precisa evoluir. A instituição que precisa ser reformulada de fora, é porque perdeu sua finalidade. Ela precisa, de fora, de aportes, provocações, avaliações etc., mas ela mesma precisa formular sua condição autoral.

RCP - Em sua experiência no PPGDH/UnB, o senhor trabalha com a ideia de que direitos humanos devem ser compreendidos como ferramentas concretas de intervenção social. Na formação policial militar, onde a disciplina de direitos humanos frequentemente se reduz a “vedações comportamentais” e leituras de normativos, como preservar o caráter emancipatório que o senhor defende? Ou seja, como diferenciar uma verdadeira atitude crítica de uma mera adesão comportamental a protocolos de conduta?

Profº Pedro Demo - Entendo que uma Instituição como a Polícia, que se dedica a um direito humano fundamental como é segurança pública, precisa ter noção adequada de Direitos Humanos, para além da ideologização excessiva, no espectro político. Direitos humanos são uma condição humana. Não podem ser nem

privilégio, nem farsa. Não servem nem para proteger, nem para matar bandido. Ao mesmo tempo, Direitos Humanos são uma vivência, não um protocolo. A vida do policial precisa pautar-se pela noção de direitos humanos, como uma das profissões mais estratégicas na sociedade, exigentíssima em termos de competência e maturidade. Lida com situações-limites da sociedade, em suas profundezas mais sórdidas e violentas. Pede formação esmeradíssima, contínua, insistente. Seu papel é sobretudo preventivo, para evitar conter a violência violentamente. Pede equilíbrio mental delicadíssimo. Por isso, em sua formação, a capacidade de prevenção está muito acima da capacidade de intervenção. Esta, em geral, vem tarde e pode não ter o efeito imaginado. É preciso mudar a imagem da polícia, como dedicada a proteger a sociedade, capaz de tratar bem a sociedade, para esperar desta apoio, apreço, respeito.

RCP - O Grupo de Estudos em Educação, Cidadania e Direitos Humanos (GEECIDH), que o senhor lidera, parte do princípio de que “a educação de qualidade é sempre política, implicando disputas por sentido, direitos e dignidade”. Na formação policial, onde há aparente neutralidade técnica, como introduzir reflexões sobre poder, desigualdade e cidadania sem que isso

seja visto como “doutrinação” ou distanciamento da atividade-fim? O senhor vê aqui uma tensão genuína ou um falso dilema?

Profº Pedro Demo - É preciso distinguir entre uma educação política e politiqueria. A neutralidade técnica não existe, porque não há humano neutro. Ao fim, neutralidade é uma “política”. Países ditos neutros têm outra política. A técnica em si pode ser usada para o bem ou para o mal. Mas apenas “em si” (abstratamente). No uso social, é sempre política porque a sociedade assim é. Humanos são “iguais e diversos”, nem só iguais, nem só diversos. Quem tem filhos sabe que eles são tão iguais quanto diversos, e assim precisam ser tratados, não neutralmente, até porque é impossível a um humano ser neutro. Neutralidade precisa ser substituída por dignidade, respeito, direitos...

Na prática, a pretensão de neutralidade é um alibi para evitar responsabilização. O Policial é um cidadão com enorme poder, incluindo usar a força, anda armado - esta condição pede formação muito esmerada e equilíbrio psíquico bem comprovado. Ao usar a força, precisa fazer de tal modo que não receie ser responsabilizado, porque dentro da lei. É incoerente a ideia de força neutra - seria como uma política não política... Todos somos políticos, de nascença, como

humanos. A questão é outra: de qual política se trata? Como militares, os policiais não se manifestam em relação à política partidária. Mas votam, pois são cidadãos igualmente. Tudo isso implica limites muito controversos que são trabalhados minimamente bem se houver bom senso, formação esmerada, capacidade de argumentação fundamentada, aptidão para aprender e escutar os outros. Em certo sentido, todos somos “doutrinadores” porque apreciamos que os outros concordem conosco. Não gostamos em geral de divergentes. Mas, numa sociedade democrática, partidos são necessários para expressarem a diversidade social. Todos somos partidários, porque é parte da boa formação saber tomar partido. Não podemos ser “partidaristas”, porque todo fundamentalismo é antidemocrático.

RCP - **O senhor tem sido crítico de modelos educacionais que se apresentam como neutros. Mas a própria defesa da “autoria” e do “caráter emancipatório” não carrega uma tomada de posição política? Como o senhor responde à objeção de que a pedagogia crítica, ao denunciar a neutralidade, opera ela própria uma forma de não neutralidade? E como essa autocrítica pode ser trabalhada na formação de profissionais que lidam diariamente com o uso da força e, por conseguinte, com a exigência**

da neutralidade?

Profº Pedro Demo - Seria algum uso da força neutro? Emancipação não pode ser neutra, porque disputa espaço. Precisa, porém, disputar com regras de jogo, não pela força. Falamos que a ciência deve usar a “força sem força do melhor argumento” - primeiro, é uma força (não a falta total de força; outro tipo de força); segundo, é preciso saber escutar, saber entender o outro, buscando entender a partir do outro (embora todo entendimento seja autorreferente); terceiro, num contexto de direitos humanos, precisamos priorizar a cooperação, não a força. Imaginar-se não político é uma política, péssima, porém, porque se acoberta insidiosamente. Todos somos ideólogos, porque participamos ativamente da sociedade. Mas é importante aprender a formular ideologias abertas, discutíveis, mutáveis, não esquemas rígidos que queremos impor. Ideologia aberta convive com outras. Ideologia fechada acha que só ela vale.

Emancipação precisa sempre levar em conta que precisa conviver com a emancipação dos outros. Esta sempre foi uma das farsas mais comuns euramericanas: emancipar-se, sim, mas impedir que outros povos se emancipem (colonialismo). Precisamos, então, de emancipação e autoria autocríticas. O uso da força, quando necessário, precisa de autocrítica.

RCP - Historicamente, no Brasil, há um distanciamento entre universidades e corporações policiais. Autores como Soares (2019) e Roché (2016, 2018) há muito defendem que a formação policial precisa superar o paradigma da guerra. O senhor vê convergências entre essa crítica e sua própria crítica ao instrucionismo? Ou são diagnósticos com matrizes teóricas diferentes? E, a partir dessa comparação, como construir pontes onde a produção acadêmica em direitos humanos influencie concretamente os currículos de formação, sem cair em academicismos desconectados da realidade operacional?

Profº Pedro Demo - Concorde muito com a superação do paradigma da guerra (guerra sempre planta a próxima guerra; é autodestrutiva). Para apreciar este argumento, não precisamos de “ismos” fundamentalistas (socialismo real, comunismo, humanismo...), apenas de levar em conta a politicidade da sociedade, facilmente autoritária (universidades podem ser terrivelmente autoritárias), antidemocrática, seletiva, supremacista... Não faz sentido desdenhar da polícia e logo pedir policiamento... Segurança pública é um direito muito fundamental e precisamos conquistar uma relação madura entre as universidades e a instituição policial.

Quiçá a desmilitarização da polícia fosse boa ideia, porque a polícia, convivendo com o cidadão, precisa construir um *modus vivendi* natural. O abuso da força mancha a polícia, também porque é um abuso seletivo: volta-se bem mais para populações marginalizadas. Seria muito crucial construir uma reciprocidade confiável entre população e polícia.

RCP - Diante de cenários como a judicialização crescente da atividade policial, a militarização do espaço urbano e o debate sobre a formação das polícias militares, quais seriam, na visão do senhor, as competências formativas que uma Academia de Polícia deveria priorizar para que seus egressos atuem não apenas como operadores de força legal, mas como verdadeiros agentes de garantia e promoção de direitos humanos?

Profº Pedro Demo - Se me fosse permitido dar palpite, diria que é importante uma formação autoral do policial e da Instituição, crítica autocrítica, exercitada com capacidade de proposta própria fundamentada, vivenciada. Direitos Humanos precisam fazer parte intrínseca da vida do policial e da Instituição, para que se priorize, primeiro, a prevenção inteligente e eticamente cuidada, e, segundo, quando é preciso usar a força, que se tenha devida

autocrítica, ponderação e moderação. Cursos instrucionistas não levam a nada, porque vêm de fora e ficam fora. É preciso que sejam parte de vida do policial.

Sugiro não imitar o que fazemos nas escolas e universidades, formulando proposta própria de formação policial, muito além do instrucionismo, cursos reprodutivos, procedimentos protocolares etc. Pode-se aprender, diria, da pós-graduação *stricto sensu*, porque o aprendizado aí é bem mais assegurado, porque se baseia na autoria discente e num orientador que cuida da autoria discente.

RCP - Para encerrar, se o senhor fosse indicar uma agenda de pesquisa sobre formação policial e direitos humanos para os próximos anos, considerando o que há de mais fértil em suas obras e o que ainda precisa ser construído, quais seriam as perguntas ainda não feitas?

Profº Pedro Demo - Entendo que “formação” implica muito mais que “curso” tradicional baseado em aulas expositivas e alguma “prova” no fim. Para aprender, é preciso exercitar a autoria, através de estudo, leitura, pesquisa, elaboração, fundamentação (individual e coletiva), transformando o curso em vivência profunda. “Aprendizagem transformadora” não vem de aulas acumuladas, exposições discursivas, manuseio de textos alheios. É

preciso fazer texto próprio, em que se combinem teoria e práxis, individual e coletiva, capazes de incitar mudanças profundas comportamentais. É preciso saber distinguir com a devida capacidade avaliativa, quando a força é necessária e quando é evitável, sobretudo priorizar a prevenção. Não se aprende isso em cursos tradicionais, porque são algo externo. Aprende-se teorizando a práxis e praticando a teoria, para testar o que funciona e não funciona, revendo as ações policiais com uso da força para se concluir que foi adequada ou não. Aprender exige “atividades de aprendizagem”, não apenas presença física de ouvinte que toma nota e depois passa numa prova. É fundamental saber propor, sustentar com argumentos a proposta, efetivar a proposta e avaliar o que dela resultou, para avançar em políticas policiais que têm o respeito da população e fazem todo policial crescer em sua função.

O uso da força é função do Estado e é efetivado também pela Polícia, que precisa de preparo continuado para dar conta de um mandato tão sensível e temerário. As intervenções controversas precisam ser escrutinadas, avaliadas, vistas e revistas, para delas se retirar lições que dignifiquem a Polícia, enquanto se aperfeiçoa em efetivar os Direitos Humanos. E aí entram também os direitos dos policiais enquanto cuidam da Segurança Pública como um dos direitos

fundamentais da sociedade.

É parte da formação também saber entender o país em que vivemos, a sociedade da qual somos parte, seus problemas mais agudos e a situação geral, já que a sociedade brasileira é muito desigual (desde sempre), havendo problemas profundos de criminalidade tanto nas periferias pobres, quanto na elite endinheirada, em que uma parte vive de contravenção. É profundo o racismo, bem como a misoginia, indicando uma sociedade feita de poucos incluídos e multidões excluídas. Preconceito é comum neste tipo de sociedade, contra negros, mulheres, minorias, enquanto o salário mínimo está sequestrado em 80% (da definição constitucional, o trabalhador só leva 20%). É fundamental que o policial esteja adequadamente incluído socioeconomicamente, também culturalmente, para que possa defender a sociedade da criminalidade e da violência, enquanto ele mesmo pode se apresentar como cidadão digno, vendo sua atuação como estratégica. É crucial superar a visão restritiva da polícia como instituição que combate a violência violentamente, não respeita Direitos Humanos, abusa da força. Este é um desafio angustiante, porque não se pode combater o crime criminosamente, assim como não se combate o terrorismo de modo terrorista. A Polícia segue um código de ética, respeita a constituição, cumpre a

lei.

Referências

- Brasil, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. (2013). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO.
- Brasil. Ministério da Educação. (2026, 3 de julho). *Portaria nº 587, de 3 de julho de 2026. Institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos nas Instituições de Ensino – Política EducaDH*. Diário Oficial da União: seção 1, n. 123-F.
- Demo, P. (1994). *Política social, educação e cidadania* (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Papirus.
- Demo, P. (1996). *Educação e qualidade*. Papirus.
- Demo, P. (1999). *Direitos humanos e educação: Pobreza política como desafio central*. DHnet. https://www.dhnet.org.br/educar/textos/demo_direitos_humanos_e_educacao.pdf
- Demo, P. (2003). *Educar pela pesquisa* (6. ed.). Autores Associados.
- Demo, P. (2009). *Pesquisa e construção do conhecimento*. Tempo Brasileiro.
- Roché, S. (2016). *De la police en démocratie*. Grasset.
- Roché, S., & Oberwittler, D. (Eds.). (2018). *Police-citizen relations across the world: Comparing sources and contexts of trust and legitimacy*. Routledge.
- Soares, L. E. (2019). *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. Boitempo.

Submissão: 15/07/2026
1ª revisão: 17/08/2026
Aceite: 19/08/2026